

quinta-feira, novembro 3, 2016

ÚLTIMAS ► Videocast: Queimadas causam ciclo maléfico para o meio ambiente

Portal EcoDebate

Cidadania e Meio Ambiente - ISSN 2446-9394

espaço disponível: Banner 728 X 90
Socialização da informação socioambiental também é sustentabilidade. Apoie e patrocine esta ideia
revista eletrônica EcoDebate, ISSN 2446-9394

BOLETIM DIÁRIO CONTATO ECODEBATE ESTATÍSTICAS EXPEDIENTE REGRAS

REVISTA CIDADANIA E MEIO AMBIENTE



Relatório Mostra Vulnerabilidade Das Cidades Brasileiras Frente Às Mudanças Climáticas

Notícia by Redação - 3/11/2016 0

Compartilhe



BUSCA - PESQUISE AQUI



SIGAM-NOS



RSS



Twitter



Facebook



Boletim

PBMC divulga documento inédito; no contexto das alterações do clima, as cidades são parte do problema e, ao mesmo tempo, o foco das soluções



PIRIRIACIÕES ANTERIORES. POR DATA

novembro 2016

S	T	Q	Q	S	S
« out					

O Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC) divulgará, durante a COP22, no Marrocos, um relatório inédito mostrando os impactos que o Brasil sofrerá por causa das mudanças climáticas e os poucos esforços para a mitigação desses efeitos sobre o meio ambiente. Entre as previsões do documento está a diminuição da potabilidade da água, o aumento do consumo de energia, um maior risco para as áreas urbanas causadas por catástrofes naturais, além do aumento de doenças e, consequentemente, um

inchaço do sistema de saúde. O relatório, que será apresentado entre os dias 7 e 18 de novembro, em Marrakesh, traz ainda novas estratégias na criação de soluções necessárias para que o país consiga se adaptar às mudanças climáticas.

Cidades brasileiras não estão preparadas

Segundo estimativas da UN-Habitat – Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos – o Brasil terá 90% de sua população vivendo em áreas urbanas até 2020. Isto significa a criação massiva de infraestrutura urbana com elevado consumo de energia. Dessa forma, pequenos, médios e grandes centros urbanos assumem o protagonismo no combate às intempéries do clima, sendo responsáveis pelo consumo de 70% da energia disponível e por 40% das emissões de gases de efeito estufa. É importante notar que este aumento se dará em quase sua totalidade nos países em desenvolvimento. Dependendo de como a política para o planejamento urbano for implementada, este aspecto poderá tanto ser positivo com modelos de urbanização modernos e sustentáveis ou negativo, com a continuidade do crescimento caótico das cidades dos países mais pobres.

Diante desse cenário, é possível avaliar que poucas cidades brasileiras têm políticas direcionadas para sustentabilidade, e precisam se apressar para se adaptarem às mudanças já sentidas pelos fenômenos climáticos, como aumento de temperatura e nível do mar, ilhas de calor, inundações, escassez de água e alimentos, acidificação dos oceanos e eventos extremos. Como exemplo, o relatório aponta a deficiência e vulnerabilidade das cidades, as situações de emergência e de calamidade pública decorrentes dos desastres naturais.

Para a cientista Suzana Kahn, presidente do Comitê Científico do PBMC, durante anos, o foco mundial em resposta às mudanças climáticas tem sido em torno dos estados nacionais, o que não vem gerando acordos globais satisfatórios ou medidas eficazes de adaptação. Algumas prefeituras já iniciaram a elaboração de inventários de emissões de gases de efeito estufa e assumiram um protagonismo no debate sobre o que pode ser feito para garantir que a qualidade de vida da população não seja sofra impactos com a intensificação dos desastres naturais. No entanto, a pesquisadora lembra que o desafio do aquecimento global é apenas uma das diversas questões na agenda local das cidades.

– Os governos também são confrontados entre as prioridades atuais e os riscos a longo prazo, sendo essa situação agravada pelas incertezas que podem envolver o cronograma e a gravidade dos impactos relacionados com o clima em uma cidade. É necessário se preparar, pois os problemas causados

S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5
7	8	9	10	11	12
14	15	16	17	18	19
21	22	23	24	25	26
28	29	30			
« out					

APOIO



TAGS

- agricultura agrotóxicos
- Amazônia
- aquecimento global
- Belo Monte CO2 conservação
- consumo & consumismo contaminação
- Convenção do Clima crise ambiental
- Código Florestal-floresta zero
- desenvolvimento sustentável
- desmatamento economia
- educação energia energia nuclear
- entrevista escassez de água
- Henrique Cortez hidrelétricas
- IBAMA indígenas legislação
- ambiental licenciamento
- ambiental lixo modelo de
- desenvolvimento
- movimentos sociais MP

no âmbito global acontecerão de forma local.

Confira abaixo as principais conclusões do relatório:

Cidades devem sofrer problemas em relação à potabilidade da água

A elevação das temperaturas tem impactado os recursos hídricos. A intensificação dos períodos de secas e as modificações nos regimes de chuvas poderão influenciar a quantidade e a qualidade dos recursos hídricos disponíveis para o abastecimento das cidades. Por outro lado, o relatório mostra que o grande volume de chuva em curto espaço de tempo pode aumentar problemas de vazão, alagamentos e enchentes. O resultado desses eventos é que, como a contaminação fica mais concentrada nos rios, a sujeira é levada para fontes potáveis quando ocorrem chuvas intensas

O descaso das cidades com a qualidade da água de seus rios também é responsável pela escassez em muitos lugares. As situações de maior déficit ocorrem no Semiárido Nordeste e o nível de chuvas no Nordeste poderá diminuir cerca de 22% até 2100.

Problemas de abastecimento também devem estar na agenda das cidades. Um diagnóstico da situação de 5.565 municípios brasileiros sobre a disponibilidade hídrica, demanda urbana e capacidade de produção de água preocupa. Cerca de 55% e 35% das capitais e conglomerados foram classificados como “requer novo manancial” ou “requer novo sistema de produção”, respectivamente. Com aumento de 28% na demanda média do abastecimento urbano de água entre 2005 e 2025, as cidades precisarão investir algo em torno de R\$ 22 bilhões para dar aos sistemas de produção a capacidade de 60 metros cúbicos de água por segundo a cada década.

Consumo de energia deve subir 8% acima do projetado para 2030

A geração de energia sofrerá consequências com as alterações do clima. Em 2015, 75,5% da energia elétrica gerada no Brasil foi de origem renovável, sendo 64% hidrelétricas, 8% biomassa, 3,5% eólica e 0,01% solar. A mudança do clima e alterações no regime de chuvas podem provocar menor vazão nas bacias brasileiras. Na região Nordeste, a queda na vazão do rio São Francisco pode chegar a registrar reduções de 24,6% e consequente diminuição de 7% na produção de energia hidráulica. No território nacional, estima-se redução entre 1% a 2,2% na produção de energia hidráulica. Caso as alterações climáticas ganhem as proporções esperadas, haverá perdas na capacidade de geração de energia.

No caso da energia solar, eólica e biomassa, temperaturas extremas podem impactar desde os padrões dos ventos até o surgimento de mais nuvens, afetando todo o processo de geração de energia. Até o final do século, o

mudanças

climáticas pesquisa

poluição política políticas

públicas recursos hídricos

reflexão saúde segurança

alimentar sociedade

terras indígenas trabalho

escravo urbanização água índice

APOIO



ANUNCIE AQUI



CATEGORIAS

- Artigo
- Editorial
- Notícia
- Podcast
- Videocast

PÁGINAS

Boletim Diário

potencial eólico no país pode cair até 60% devido à redução na ocorrência de ventos superiores a seis metros por segundo, velocidade mínima necessária para geração eólica. Nas usinas térmicas, a maior vulnerabilidade está na redução de água disponível para resfriamentos das máquinas, levando à queda de produtividade.

Edificações devem sofrer graves danos

Os domicílios brasileiros apresentam grande variação quanto à vulnerabilidade: edificações construídas com materiais inadequados, localizados em áreas de declive, sujeitas à inundações e em encostas estão mais vulneráveis que domicílios em boas condições, situados em áreas não expostas a determinados riscos.

Entre 2008 e 2012, 37,1% dos municípios brasileiros foram atingidos por alagamentos, enquanto que 895 registraram desabamentos no mesmo período. As regiões Sudeste (45,2%) e Sul (43,5%) foram as mais atingidas por alagamentos, com destaques para os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Santa Catarina. Já a região Nordeste lidera os eventos de deslizamentos e desabamentos, sendo responsável por 50,06%, enquanto que o Sudeste aparece em segundo lugar, com 45,32% dos incidentes. Nessas regiões, destacam-se os estados de Pernambuco, com 5.910 ocorrências; São Paulo, com 4.981 eventos e Rio de Janeiro, com 4.969 incidentes.

A resistência da infraestrutura urbana também preocupa. Ainda que eventos extremos como furacões sejam raros, o material utilizado na construção civil ainda é sensível às alterações climáticas, que podem causar sérios danos à estrutura das edificações. Para superar esses desafios, é necessário efetividade nas políticas públicas e investimentos e incentivos no setor.

Alterações climáticas devem sobrecarregar o sistema de saúde

Os eventos climáticos não impactam apenas o meio ambiente. Considerando o aumento de 25% no regime de chuvas na região sudeste da América do Sul, cidades situadas no Sul do país poderão registrar crescimento de doenças. O aumento de inundações e secas causará efeito devastador sobre a saúde, especialmente nas pessoas que vivem em comunidades mais sensíveis. Com esse cenário, doenças como malária e dengue, mais incidentes nos países de clima tropical, são alguns dos problemas de saúde pública decorrentes do aquecimento global. As intensas ondas de calor também podem ter impacto nas doenças crônicas, como problemas cardiovasculares.

Estratégias de adaptação precisam de parceria entre esferas de governo e setor privado

Contato

EcoDebate

Estatísticas

Expediente

Regras

Revista Cidadania e Meio Ambiente

PUBLICAÇÕES RECENTES



Relatório mostra vulnerabilidade das cidades brasileiras frente às mudanças climáticas

3/11/2016 0



Agência Nacional de Águas (ANA) autoriza nova redução da vazão mínima de barragens no Rio São Francisco

3/11/2016 0



Comissão do Senado aprova projeto que torna vaquejada manifestação da cultura nacional

3/11/2016 0



Videocast: Queimadas causam ciclo maléfico para o meio ambiente

3/11/2016 0

A elaboração das medidas de adaptação e mitigação considerou diversos setores, como recursos hídricos, gestão de risco aos desastres naturais, infraestrutura, indústria, zonas costeiras, saúde, entre outros. Todos os esforços têm como ênfase o cenário nacional, embora o relatório ressalte a necessidade de gestores municipais e do setor privado assumirem as diretrizes para adaptação em nível local. O país possui uma variedade de características ambientais, climáticas e geográficas. Dessa forma, como os municípios brasileiros têm níveis diferentes de desenvolvimento social, urbano e econômico, é necessário conciliar essas diferenças para que as ações de mitigação tenham o resultado pretendido.

Algumas opções de adaptação para cada setor:

Setor	Mudança climática e possíveis impactos	Opções de Adaptação
Transportes	Aumento na frequência de Eventos Extremos; Aumento do nível do mar.	– Realocação de estradas e vias, mudanças nos projetos e substituição e adequação de estruturas, como pontes, estradas e pavimentos.
Energia	Aumento na frequência de eventos extremos; aumento do nível do mar.	– Melhoria da infraestrutura de energia, realocação de linhas de distribuição, mudanças nos projetos e substituição e adequação de estruturas. – Diversificação das fontes renováveis por conta de riscos na oferta de energia.
Uso do solo	Aumento na frequência de eventos extremos.	– Parques lineares localizados na margem de córregos para minimizar os impactos de cheias.
Recursos Hídricos	Aumento da Temperatura e	– Mais eficiência do uso da água (ex. reúso);

	Redução dos Volumes Pluviométricos.	– Incentivo econômico (ex. cobrança e regulamentação do uso da água), diminuindo o desperdício e aumentando a eficiência; – Aumento da capacidade de armazenamento, captações de cursos de água e as transferências de água; – Recuperação das bacias hidrográficas.
Ecosistemas	Perda de Biodiversidade	– Pagamento de serviços ambientais, REDD+ e manejo comunitário;
Agricultura	Aumento das temperaturas e secas	-Desenvolvimento de novos cultivares (ex. variedade de soja para condições de altas temperaturas e menor disponibilidade de água; espécie de cana-de-açúcar que demanda menor quantidade de água) desenvolvidos pela Embrapa.

Colaboração de Pedro Henrique Sant'Anna, in [EcoDebate](#), 03/11/2016

[CC BY-NC-SA 3.0] O conteúdo da EcoDebate pode ser copiado, reproduzido e/ou distribuído, desde que seja dado crédito ao autor, à EcoDebate e, se for o caso, à fonte primária da informação]

Inclusão na lista de distribuição do Boletim Diário da revista eletrônica EcoDebate

Caso queira ser incluído(a) na lista de distribuição de nosso boletim diário, basta

enviar um email para newsletter_ecodebate+subscribe@googlegroups.com . O seu e-mail será incluído e você receberá uma mensagem solicitando que confirme a inscrição.

O EcoDebate não pratica SPAM e a exigência de confirmação do e-mail de origem visa evitar que seu e-mail seja incluído indevidamente por terceiros.

Remoção da lista de distribuição do Boletim Diário da revista eletrônica EcoDebate

Para cancelar a sua inscrição neste grupo, envie um e-mail para newsletter_ecodebate+unsubscribe@googlegroups.com ou ecodebate@ecodebate.com.br. O seu e-mail será removido e você receberá uma mensagem confirmando a remoção. Observe que a remoção é automática mas não é instantânea.



Tagged aquecimento global mudanças climáticas

< Anterior

Agência Nacional de Águas (ANA) autoriza nova redução da vazão mínima de barragens no Rio São Francisco

Deixe uma resposta

Name *	Comment *
Email Address *	
Website	
Publicar comentário	

Todo o conteúdo deste site é Copyleft e está publicado sob a Licença Creative Commons (CC BY-NC-SA 3.0)

Powered by WordPress | Theme: AccessPress Mag